



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
ESPECIALIZAÇÃO PRÓ JOVEM DO CAMPO-SABERES DA TERRA

MARIA ZILMA SAMPAIO ROCHA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO COM ENFOQUE TERRITORIAL NA ESCOLA MUNICIPAL
FRANCISCO JOSÉ.**

CANINDÉ-CEARÁ

2014

MARIA ZILMA SAMPAIO ROCHA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO COM ENFOQUE TERRITORIAL NA ESCOLA MUNICIPAL
FRANCISCO JOSÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Coordenação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Brasileira Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos – Saberes da Terra da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Professor Dr. Ribamar Furtado

CANINDÉ-CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- R574p Rocha, Maria Zilma Sampaio
Uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial ao projeto político Pedagógico na Escola Francisco José, no Distrito de Caiçara / Maria Zilma Sampaio Rocha. – 2014
37f.; 30 cm.
- Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados, Pró-Jovem Campo –Saberes da Terra, 2014.
Orientação: Prof. Dr. Ribamar Furtado
1. Educação do campo – Caiçara (CE) I. Título.

CDD 370.1734

MARIA ZILMA SAMPAIO ROCHA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SOLIDÁRIO COM ENFOQUE TERRITORIAL NA ESCOLA MUNICIPAL
FRANCISCO JOSÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Coordenação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Brasileira Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos – Saberes da Terra da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Professor Dr. Ribamar Furtado

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr(a).

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr(a).

Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Deus, à minha querida família: meus pais Francisco José e Dargenira Maria, meus irmãos Sysley Anne, Júnior e Mary. Meu amado companheiro Milton Soares e meus filhos Afonso Neto, Lucas e Amanda. E em especial, a todas as pessoas que lutam para transformar o mundo, em um ambiente melhor de se viver

AGRADECIMENTOS

A Deus seja dada toda Honra, Toda Glória e todo Poder.

Aos meus pais Francisco José, a minha mãe Dargenira Maria, aos meus queridos irmãos: Sysley Anne, Júnior e Mary. Aos meus queridos cunhados e sobrinhos. Aos meus queridos filhos Afonso Neto, Lucas e Amanda que acreditaram em meu sonho e ao meu amado e companheiro Milton Soares.

Aos colegas que compartilharam dos nossos sonhos por uma Educação do Campo real e ideal.

Aos corpo discente, docente, conselheiros e comunidade de Caiçara.

Aos gestores da Escola Francisco José.

Ao Prefeito Municipal de Canindé- Celso Crisóstomo- pelo apoio institucional, logístico (transporte e alimentação) durante as aulas.

Aos professores Ribamar Furtado e Eliane Dayse que nos motivaram a aprender e lutar pelo Campo.

Ao Sindicato dos servidores Públicos Municipais de Canindé pelo espaço cedido em algumas ocasiões.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo Geral	13
1.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa.....	14
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM ENFOQUE TERRITORIAL	16
2.1 Antecedentes das Trajetórias da Educação do Campo na Sociedade Brasileira.....	19
2.2 A Política Atual da Educação do Campo.....	22
2.3 O Papel do PPP Na Educação Do Campo Saberes Da Terra.....	23
2.4 O Papel do Conselho Escolar na Escola do Campo.....	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4. INTERVENÇÃO NA ESCOLA	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES/ANEXOS	33

“...Cidadão não é aquele que vive em sociedade,
é aquela sociedade é aquele que transforma”.

Augusto Boal.

RESUMO

O Objetivo do trabalho foi investigar o PPP da Escola Francisco José – Comunidade Caiçara – buscando perceber a visão da Comunidade Escolar para a Educação do Campo como forma de contribuir com as políticas públicas de Educação do Campo no Município de Canindé de acordo com as diretrizes do Programa Saberes da Terra – Projovem Campo. A pesquisa caminhou-se na tentativa de disseminar as informações colhidas nos seminários realizados na comunidade buscando provocar a implantação no módulo “Desenvolvimento Sustentável com Enfoque Territorial” no PPP da escola, e também uma breve apresentação dos módulos: Agricultura Familiar, Sistema de Produção, Cidadania e Economia Solidária. Na O Objetivo do trabalho foi investigar o PPP da Escola Francisco José – Comunidade Caiçara – consulta bibliográfica sobre a temática se percebeu a falta de conhecimento por parte dos professores e professoras sobre a Educação do Campo, principalmente na construção do PPP da escola, já que os mesmos ressaltaram nem ter conhecimento do que continha no documento. Portanto concluímos que a implantação dos módulos voltados para uma educação do e no campo na escola Francisco José caminha com muita timidez precisa de um processo formativo para transformar a matriz pedagógica. No decorrer do processo formativo a comunidade escolar está começando a acreditar que é possível uma construção de educação para o campo.

Acredita-se que as questões pertinentes para a mudança da matriz pedagógica para os povos do campo são difíceis por envolverem vários aspectos sociais: atuação do CEPAM, formação dos professores, gestão escolar e o preconceito de se morar no campo.

Educação do Campo. Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the PPP School Francis Joseph - Community Caiçara - seeking to realize the vision of the School Community for Rural Education as a contribution to the public policy of Field Education in the Municipality of Canindé according to the guidelines Knowledge of the Earth program - Projovem Campo. Search stepped up in an attempt to disseminate information gathered in workshops in the community seeking to provoke the implementation of the module "Sustainable Development with a Territorial Approach" PPP in school, and a brief presentation of the modules: Family Farming, Production System, citizenship and Solidarity Economy. A bibliographic research on the subject was perceived lack of training and professional qualification of teachers on the Field Education mainly in the construction of PPP School considered the key to the implementation of the module curriculum geared towards local sustainable development part. Therefore, we conclude that the deployment of modules dedicated to the education and field in school José Francisco, walks with great timidity need a training process to transform the educational matrix. During the training process, the school community is beginning to believe that it is possible for a construction education field. It is believed that the issues relevant to the changing pedagogical matrix for the peoples of the field are difficult because they involve various social aspects: management of CEPAM, teacher training, school management and prejudice to live in the country.

Field Education. Sustainable development

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIQUI	Associação Brasileira de Indústria Química
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CEPAM	Conselho Escolar de Pais e Mestres
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
ENERA	Encontro de Educadores e educadoras da Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MST	Movimento sem Terra
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Programa de Desenvolvimento da Escola
PPP	Projeto Político Pedagógico
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
UFC	Universidade Vale do Acaraú
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado propôs a investigação do PPP da Escola Francisco José e desenvolveu uma forma de inserção do eixo temático “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial.” Do Programa Saberes da Terra, no sentido de contribuir com a melhoria do ensino nas escolas municipais rurais de Canindé.

Primeiramente houve um debate com o núcleo gestor, corpo docente, discente e representantes da comunidade para compreender as bases para a efetivação da implantação da educação do campo com a democratização da gestão educacional e escolar destacando, a participação da comunidade escolar, na revisão do Projeto Político Pedagógico, visando contribuir com a progressiva autonomia da unidade escolar e, desse modo, fortalecer o papel da escola pública e gratuita, no campo, na oferta da educação de qualidade, onde sua clientela possa ser atendida de forma prazerosa e com aprendizagem satisfatória no lugar onde vive ser ter que se mudar dele para buscar sobrevivência.

No debate, a intenção era de questionar e criar sugestão sobre as formas de implantar a inserção do eixo temático “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial” do Programa saberes da terra, na matriz curricular do PPP, tendo o sentido de contribuir com a melhoria do ensino do campo desta localidade no distrito de Caiçara. Acredita-se também que a falta de participação da comunidade escolar na construção do PPP da escola contribuiu para desinformação e outros preconceitos perante a escola do campo.

Acreditamos que essa transformação só ocorrerá através de pesquisas e debates em torno do PPP para a inclusão dos eixos temáticos do Programa Saberes da Terra. Os paradigmas da escola do campo incluídos na revisão do PPP da escola Francisco José devem ser conquistados, de forma a tornar sua clientela mais interessada a participar do processo formativo. Favorecendo o desenvolvimento sustentável local a conseguirem lidar com as dificuldades, encontrando soluções para os problemas que impedem esse desenvolvimento.

A pesquisa é de abordagem colaborativa de intervenção, pois utilizamos um estudo bibliográfico através de análise e fichamentos de livros do Programa Saberes da Terra, Pedagogia do Oprimido, textos de Roselir Caldart e Veiga, todos relacionados ao tema abordado. Acredito que as fontes bibliográficas reunidas possibilitam aos pesquisadores desenvolver analogicamente os assuntos que foram abordados no debate da educação do campo. A metodologia adotada foi o levantamento de dados através de diagnósticos feito com a comunidade escolar.

A investigação foi realizada junto aos dados expressos no PPP apresentado pelo núcleo gestor da escola composta pelo coordenador pedagógico e diretor. O que constatamos é que o PPP não contempla a educação do campo embora seja um direito garantido a população do campo. De acordo com as diretrizes operacionais da escola do campo delimitam como objetivo a adequação do projeto institucional das escolas do campo às diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. Os instrumentos realizados para a pesquisa foram os questionários aplicados na comunidade escolar e seminários em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, que desde 2009 discute a proposta de uma Educação do Campo com eficácia e que produza resultados.

Nos seminários estudamos as trajetórias e as concepções da Educação do Campo, tivemos a oportunidade de refletir e debater a partir dos textos, com eixos temáticos das diretrizes curriculares da Educação do Campo e do Programa PROJOVEM Campo Saberes da Terra.

O uso dos questionários foi uma técnica muito presente na etapa da coleta de dados da pesquisa colaborativa, em especial na realização dos seminários, tendo como objetivo buscar informações através das respostas dos sujeitos ouvidos e pesquisados. Os capítulos têm o objetivo de evidenciar uma metodologia sobre a Educação do Campo na escola Francisco José visando identificar a sistemática da coleta de dados com os eixos temáticos. Em evidência o Desenvolvimento Sustentável, na tentativa de compreender o processo das transmissões dos valores culturais e tentar quebrar essa prática de educação bancária, promover e construir uma nova relação dos conteúdos na matriz curricular da escola socializando e conscientizando sobre o desenvolvimento sem esquecer a preservação do meio ambiente.

A partir desta reflexão e analisando o contexto atual alguns aspectos são relevantes nesta modalidade como, por exemplo: por que não aceitamos mais falar em uma educação para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação do campo? O que ~~14~~ e identifica os diferentes sujeitos da Escola do Campo?

A Escola de Ensino Fundamental Francisco José está localizada na comunidade de Caiçara que fica a 14 Km da sede do município de Canindé, às margens da CE 257, é uma escola que integra quatro unidades escolares menores, já que o Município adota a divisão das escolas através de polo, ou seja, Canindé tem 21 polos. A referida escola conta com cinco professores efetivos e 13 contratados, sendo que a maioria destes se deslocam da sede para o “campo”, para atender a clientela de 1º ao 9º ano, nos turnos manhã e noite, e no turno da noite uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) e outra de ProJovem Campo, a escola também conta com um corpo administrativo de oito funcionários entre eles merendeiras,

auxiliares de serviços gerais, vigias e o núcleo gestor é composto pelo diretor, o coordenador pedagógico e o secretário. É uma escola executora com Conselho Escolar de Pais e Mestres que é o órgão deliberativo para fins de aplicação dos recursos do PDDE para melhoria da escola

Sendo assim a pesquisa encontra-se dividida em três partes: Na primeira parte do trabalho apresenta a introdução com destaque na problemática da pesquisa e objetivo da educação do campo e a investigação do PPP da escola Francisco José para a inserção do eixo temático Desenvolvimento Sustentável com Enfoque Territorial.

A segunda é dedicada a um breve relato sobre o Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial e conceito de Educação do Campo. A terceira parte consolida a inserção feita na escola Francisco José. Os trabalhos foram planejados e executados durante encontros semanais, na tentativa de preparar a comunidade escolar para as mudanças necessárias ao ambiente escolar.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em pleno século XXI, quando tudo está voltado para o bem estar do homem e da mulher em termos de conforto e vida longa, é incrível nos depararmos com tanta degradação da vida na terra, ao nos submetermos à destruição do que é natural e saudável para a continuação da humanidade, segundo leituras feitas para fundamentar esta pesquisa, a maior parte da população simplesmente ingere veneno, através de alimentos contaminados com alto índice de agrotóxico. Somos tragados pelo capitalismo que empurra os seres humanos para um ritmo cotidiano, que apenas subtrai a plenitude da vida onde poucas pessoas se beneficiam pela exploração de outras e da própria natureza. Desta forma o campo vai a passos rápidos perdendo sua identidade, seus valores, aderindo regras contemporâneas que não contribuem para um enriquecimento da vida.

Pode-se dizer que a primeira grande crítica direcionada ao crescimento industrial e ao consumismo foi feita pelo clube de Roma, 1972 (MEADOWS, 1973). O clube mostrou que o planeta Terra não suportaria mais o crescimento populacional. Isso se daria porque os recursos naturais e energéticos já estariam bem próximo do seu limite. E mais, ainda que se considerassem as inovações tecnológicas ou de utilização de novos insumos produtivos, a reprodução natural dos ecossistemas não suportaria a pressão cada vez maior das demandas populacionais.¹⁶

Faz-se necessário que cada família possua seu banco de sementes, assim cada agricultor produzirá segundo as sementes que ele escolher, qualificando sua produção ao seu modo e não de acordo com as sementes oferecidas pelo governo. Podemos ressaltar que a troca de sementes entre vizinhos favorece a criação de bancos de sementes variadas em gênero e tipo.

No Brasil, um dos ícones da sustentabilidade foi Chico Mendes.

A palavra sustentabilidade vem ganhando forma desde 1972, segundo a revista Nova Escola, maio, 2012 o economista Ignacy Sachs falou em eco Desenvolvimento. “Já na década de 80 o norte-americano Lester Brown, presidente do Worldwatch Institute (WWI), defendeu a necessidade de satisfazer suas próprias necessidades sem reduzir as oportunidades de novas gerações”. Isso nos leva a refletir sobre a eficácia dessas primeiras manifestações a favor da vida no seu sentido mais amplo, mas o importante é que no decorrer do tempo o desenvolvimento sustentável vem ganhando mais força e se aprimorando até atingir o complexo emaranhado de vida.

Ainda contemplando o início deste assunto, o consumo de agrotóxico faz parte da vida dos brasileiros constantemente “segundo a associação brasileira de indústria química

(ABIQUIM) citada pela agência nacional de vigilância sanitária (ANVISA), O consumo de agrotóxico no Brasil praticamente dobrou em 2002 a 2006, ano em que as vendas deste produto atingiram o faturamento total de 3,9 bilhões com destaque para os herbicidas”. Esta é uma realidade que passa despercebida na vida de muitos brasileiros e seus efeitos negativos refletem profundamente na saúde da população que consome os alimentos com um alto índice de agrotóxico e a terra a cada ano fica mais pobre em minérios necessários para que produza com abundância como consequência torna-se necessário também o uso de adubo químico, contribuindo para o crescimento rápido de da plantação, mas tirando a vida da natureza e do ser humano. Segundo a professora Mara, citada no caderno pedagógico Educandos e educandas Nº 05 Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial: “atualmente o Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxico do mundo e o primeiro da América Latina”, em todos os sentidos.

A região Nordeste com sua característica própria de vegetação, clima e solo nos faz refletir sobre a água aqui existente, sobre a fauna e a flora e principalmente as formas de preservar, o que nos resta para que a vida da humanidade seja digna. Precisamos ser participantes assíduos na construção de uma vida de qualidade e harmonia com o meio ambiente.

2.1 ANTECEDENTES DAS TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Esse capítulo tem como objetivo discutir os principais problemas causados pelas faltas de informações sobre a população do campo, compreendendo aspectos relevantes da questão da educação do campo com destaque nos aspectos gerais da prática pedagógica, na zona rural.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocado das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura que aliena. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo, burguês? O presente capítulo tem suma importância em destacar a Educação do Campo partindo do princípio de que a história é por definição inclusiva e busca resgatar o desenvolvimento do ser humano, do seu meio social para demonstrar que a história da sociedade está sempre em movimento.

Historicamente a educação esteve presente em todas as Constituições brasileiras, entretanto, mesmo o país sendo essencialmente agrária, desde a sua origem, a educação rural não foi mencionado nos textos constitucionais de 1824 e 1891.

Como afirma LEITE (1999, p. 28) em seu estudo sobre a educação rural.

“A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo”.

O campo tem que ser visto de forma diferente não como um espaço apenas de produção agrícola, deve ser compreendido, sobretudo, como “território de produção de vida, de produção de novas relações sociais; de novas relações entre homens e mulheres e a natureza; entre o rural e o urbano. O campo é território de história e cultura, as festas religiosas de santos padroeiros, cultos, de luta de resistência dos sujeitos que ali vivem. ”

A LDB em seu artigo 28 estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

No final dos anos de 1990 espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), especialmente, dentre outras entidades. Neste evento foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. Uma nova agenda educacional contemplando a educação do campo foi lançada. Ainda, em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, uma parceria entre o MST, a UnB, UNICEF, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cabe, portanto a nós educadores, caracterizar as práticas socioculturais vividas na comunidade onde a escola está inserida, fazendo inserção de conteúdos devidamente selecionados que possam auxiliar os alunos no exercício e na reflexão.

O objetivo desta exposição é refletir sobre a identidade que vem sendo construída pelos sujeitos que se juntam para lutar por uma educação do campo. A partir desta reflexão e analisando o contexto atual no que tange a Educação do Campo em nossas escolas alguns aspectos se fazem relevantes nesta modalidade como, por exemplo: por que não aceitamos mais

falar em uma educação para o meio rural e afirmamos nossa identidade vinculada a uma Educação

A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades de direitos sociais respeitados, sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas... (Caldart, 2002, p.152)

No Brasil a questão da terra para o homem do campo têm como consequência de seu passado fatores principais como a falta de metas governamentais para agricultura e o êxodo rural. O objeto de estudo visa apontar as relações existentes entre a prática pedagógica perante a Educação do Campo e a preocupação em encontrar o processo das transmissões dos valores culturais procurando quebrar essa perpetuação e promover e impor uma nova relação no que diz respeito à exclusão do homem do campo e a socialização da humanidade como um todo. “O Brasil é um exemplo de país contraditório, com imenso potencial humano e de biodiversidade, mas com excessiva concentração de renda e altos níveis de pobreza” (DCE,2006, p. 15).

Diante das questões contraditórias presente no processo histórico da sociedade brasileira tem presença à questão agrária, que, como diz Martins (2000, p.98-99 in DCE, 2006 p. 15).

[...] tem a sua própria temporalidade, que não é o tempo de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas, tensões que mediatizam a dinâmica social, e, nela, a dinâmica política. Como se pode observar a visão do autor sobre a questão agrária é uma trata-se de conjunturas políticas e econômicas. “A questão agrária está no centro do processo constitutivo do Estado republicano e oligárquico no Brasil, assim como a questão da escravidão estava nas próprias raízes do Estado monárquico no Brasil imperial” (MARTINS, 2000, p. 101).

2.2 A POLITICA ATUAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesta pesquisa são apresentadas reflexões sobre os aspectos constituídos do campo, buscando dar-lhe significado e conceituação, dentro de rápido panorama da realidade social do campo. Além disso, focaliza os conselhos que deveriam estar preocupados e não o fazem por falta de conhecimento. Nós que defendemos uma escola para todo/as no campo temos que mobilizar o povo que mora no campo levando essa discussão para dentro da escola, na sala de aula. As políticas públicas são lindas no papel, mas na prática ainda está muito distante da realidade.

É importante fazer uma distinção dos termos rurais e campo. A concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é o lugar do atraso.

Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas. Como consequência das contradições desse modelo de desenvolvimento, temos por um lado, a crise do emprego e a migração campo/cidade e, por outro a reação da população do campo que diante do processo de exclusão se organiza e luta por políticas públicas construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural que também inclui iniciativas no campo da educação.

O campo é entendido como espaço físico, social e político, e não simples continuidade do espaço urbano; os povos do campo são sujeitos capazes de pensar, agir, de definir quais os projetos sociais, econômicos e culturais que melhor atendem as suas necessidades e perspectivas de vida em coletividade. Já a identidade sociocultural é dada pelo conceito de cultura. Schelling (1991) traz uma definição de cultura como práxis que pode ser útil à educação do campo. Para a autora, a capacidade do homem de se transformar e ser transformado são uma característica humana genérica (estruturar e ser estruturado) e essa capacidade encontra-se na base do conceito de cultura como práxis. É por meio das práxis:

(...) que o homem não só se adapta ao mundo, como também o transforma. Essa transformação ocorre em dois níveis: em primeiro lugar no nível da interação do homem com a natureza e como ser da natureza, modificando o ambiente natural com o uso de ferramentas. Ocorre também no nível da consciência, da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social (p.32).

Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, melhor, é o ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo.

Quais são os conhecimentos dos povos do campo segundo Damasceno (1993, p. 57) entende que a prática produtiva e política dos camponeses são as fontes básicas do conhecimento social. Para ela, os saberes sociais dos camponeses podem ser: 1) engendrados na prática produtiva do campesinato. 2) elaborado na prática política envolvendo a construção da identidade de classe e a organização política do campesinato. Portanto, são os conhecimentos do mundo do trabalho no campo, das negociações em torno da produção, das necessidades básicas para a produção de determinados produtos, a organização dos trabalhadores em cooperativas; iniciativas na área da Agroecologia; organização das comunidades de pescadores. Enfim, são grupos de resistência, que se recusam a inserir-se no modelo capitalista competitivo de produção e criam alternativas outras para manter o vínculo com o trabalho e vida no campo. E, os conhecimentos do mundo da política, da participação ou da observação de como se dá a tomada de decisão por parte do poder público local ou nacional, e da organização que se faz necessária aos povos do campo, para que sobrevivam na lógica perversa que o mercado impõe àqueles que constituem força de trabalho e/ou vivem da produção em pequenas parcelas de terras.

Compreender a educação a partir da diversidade presente no campo, do modo de vida, implica em construir políticas públicas que assegurem o direito à igualdade com respeito às diferenças; implica a construção de uma política pública de educação na qual a formação de professores possa contemplar estes fundamentos. Esta forma própria de existência produz saberes, que foram acumulados ao longo das experiências vividas pelos sujeitos do campo.

Destaca-se a importância da escola estar localizada no campo, para que seja reforçado o debate da educação do campo. Mesmo havendo necessidade de nuclearização, é importante que esta seja efetivada no próprio campo.

A escola vai além de um local de produção e socialização do conhecimento, sendo também espaço de convívio social, onde acontecem reuniões, festas, celebrações religiosas, atividades comunitárias - como bazar, vacinação, etc., possibilitando articulação da comunidade, potencializando a permanente (re) construção de uma identidade cultural, possibilitando especialmente a elaboração de novos conhecimentos. Sem deixar de falar, que evita o desgaste provocado pelas grandes distâncias e pelo transporte de baixa qualidade.

Enfim, trazer a educação do campo para o debate no âmbito das políticas educacionais, da formação de professores, da prática pedagógica nas escolas é reconhecer a existência de um

modo de vida que tem sido frequentemente desvalorizado na sociedade brasileira e do quais muitos de nós fazemos parte.

Vale ressaltar que, dado o sentido amplo do conceito, há que se considerar o aspecto multicultural do universo. Assim na diversidade interna que o compõe, pode-se verificar que se os aspectos econômicos estabelecem diferenças nítidas e os aspectos culturais sobressaem diferenças de valores e crenças, é no aspecto político que se encontra o amalgama que os une: a luta pela conquista o uso social da terra e do planeta.

Com isso é possível compreende que “um outro desafio assumido pelos movimentos sociais e sindicatos no avanço da luta política está na unidade da luta estratégica entre classes sociais do campo, sem perder de vista a diversidade que compõe as classes sociais e as frações de classe.

É nessa visão que pretendemos refletir e construir juntos através da luta uma escola do e no campo onde os educandos/as sintam-se construtores de conhecimento, desde que venha contribuir para o desenvolvimento do campo para que seus moradores não precisem sair para sobreviver lá fora e depois voltar sem nenhuma condição de sobrevivência e quando consegue essa condição é voltada para exploração do outro/a.

A escola deve ser um espaço de contribuição para luta desse povo para primeiro pensar e depois cumprir um direito que é ler e escrever para todos/as, pois no campo a aprendizagem de leitura e escrita ainda é menor que na cidade, as tecnologias não chegam ao campo como deveriam. Se chega o laboratório de informática não vem a internet. Os projetos oferecidos pelo PDE/MEC, não são acompanhados por profissionais adequados. Os professores não trabalham na sua área de formação. O descaso da educação do campo é bastante público e notório, mas esse descaso não está sendo levado a sério pelos profissionais dessas escolas que não planejam um meio adequado para sair dessa grave realidade.

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (ARROYO, 2004, p.23).

2.3 O PAPEL DO PPP NA ESCOLA DO CAMPO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicitados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. Nesse sentido, o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e de um novo sentido, mediatizado por forças internas e externas, visando a atingir os objetivos esperados e englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos para o campo. Dessa forma, o projeto escolar deve nascer da avaliação e da compreensão das ações do passado e das análises do presente, pressupondo perspectivas que podem ser de conservação ou transformação, congregando a articulação entre duas categorias: o político e o pedagógico.

Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da comunidade escolar. Portanto, para a consolidação de um projeto interdisciplinar e globalizado, a escola necessita desenvolver formas democráticas de organização, gestão e funcionamento escolar, dando atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior. Desse modo, é necessária a implementação de ações colegiadas articuladas a situações em que o aprender a pensar não se dissocie do executar e, da efetivação de um Projeto Político-Pedagógico para o campo consistente. O Projeto Político-Pedagógico da escola do campo, Francisco José enquanto diretriz basilar do projeto educativo que a escola quer programar, se torna um aliado fundamental ao “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial” na autonomia da instituição, pois, quando pensado coletivamente, contando com a participação e a aprovação do conselho escolar, ganha força diante da comunidade e do sistema de ensino. Como o conselho tem caráter deliberativo e é o órgão fundamental da escola, enquanto núcleo de gestão, a sua participação na construção do PPP é fundamental.

2.4 O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO

Os primeiros cinco cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares indicam que a natureza das ações do Conselho Escolar é, fundamentalmente, político-pedagógica. E na implantação da educação do Campo não é diferente esse compromisso para que haja uma gestão democrática na escola é fundamental a existência de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. Assim, também na Escola do Campo parece importante constituir esses espaços de participação, onde o Conselho Escolar, juntamente com o conselho de classe, grêmio estudantil, associação de pais e mestres e os movimentos locais possam garantir a corresponsabilidade de todos com a proposta educacional da escola.

Com o Conselho Escolar, a gestão da escola passa a ser uma gestão colegiada, onde os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as consequentes responsabilidades, incluindo as responsabilidades do Estado com a escola pública.

No desafio de construir uma educação de qualidade, o Conselho Escolar, como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola, elege a essência do trabalho escolar como sua prioridade. Para tanto, sua tarefa mais importante é a de acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e, conseqüentemente, do processo ensino-aprendizagem.

Analisada sob esse prisma, na Escola do Campo, a natureza das ações do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pelo seu caráter educativo e porque estabelece os mecanismos necessários para que esta transformação realmente aconteça. Cabe destacar que o sentido político aqui desenvolvido não se refere à política partidária, mas sim a toda ação consciente e intencional que visa manter ou mudar a realidade nas suas diversas dimensões.

Após identificar que a natureza das ações do Conselho Escolar como estritamente político-pedagógica, cabe refletir sobre alguns pontos que convergem para o entendimento do seu funcionamento, funções e competências.

A vida em comunidade, a proximidade existente entre a Escola do Campo e sua comunidade e a necessidade de quebrar o isolamento do professor com seus colegas profissionais parecem recomendar que suas assembleias sejam cada vez mais frequentes. Nesse sentido, talvez uma atividade relevante do Conselho Escolar seja a de organizar a pauta das

assembleias, coordená-las e colaborar com o professor responsável pela escola na implementação de suas decisões.

Sabendo que os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e do sistema, e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola, o Caderno 1 do Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, numa tentativa de síntese das diversas e possíveis funções do Conselho Escolar, as identifica como sendo: deliberativas, consultivas, acompanhamento e avaliação, fiscalizadoras e mobilizadoras.

Vale ressaltar que de todas as possibilidades assinaladas, as funções que se configuram como as mais importantes são as deliberativas e as de mobilização. Isso porque o Conselho Escolar é, por excelência, um órgão de deliberação das ações político-pedagógicas da escola e, como consequência, a função de mobilização da comunidade escolar e local é também fundamental para o envolvimento de todos os segmentos, tanto na indicação de prioridades quanto na construção das condições para a execução das ações deliberadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizar uma pesquisa colaborativa com intervenção participativa na escola; trabalhar com a comunidade escolar com os sujeitos, professores, alunos, pais, funcionários e coordenadores; observar a participação da comunidade escolar, realizar oficinas, para apropriação dos conteúdos do Programa Saberes da Terra; utilização dos questionários para coleta de dados para elaboração dos seminários e oficinas na escola.

4. INTERVENÇÃO NA ESCOLA

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MEC, 2002, p.37)

O primeiro momento ocorreu no mês de Outubro de 2013, onde nos reunimos com os professores e coordenadores para apresentação da temática: Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial onde foi exposto os objetivos. Questionamos de forma breve sobre a temática e escutamos as sugestões dos professores na forma de repasse para os alunos e comunidade escolar, foi levantado a questão do Projeto Político Pedagógico e sua importância na gestão e direcionamento da escola. Nessa perspectiva Veiga nos diz: O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como provado cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Esse momento foi muito proveitoso, pois observamos a riqueza de conhecimento dos professores, onde relataram suas experiências na sala de aula, seus projetos desenvolvidos na comunidade e a falta de estudo e participação na elaboração do PPP, onde muitos nem conhecimento tinha do que estava contido nele.

Nessa primeira etapa tivemos a dificuldade de localizar o PPP, pois o mesmo não estava impresso e os professores desconheciam o que continha nele, na realidade não tinha se percebido a importância dele no meio escolar.

Ainda no mês de Outubro realizamos com os pais uma entrevista que está contida no anexo. No dia 7 de fevereiro 2014 de houve um momento com os professores para lermos o PPP e analisar o que estava contido nele. O que observamos e questionamos é que a ação contida não contemplava a educação do campo, e constatamos que todos os PPPs do município de Canindé eram muito semelhantes, as mudanças que continha era apenas nos dados individuais de cada escola.

A realização do seminário ocorreu no dia 20 de Fevereiro de 2014, contamos com a participação de alunos do 6º ao 9º ano, representantes do conselho escolar, pais de alunos, a agente de saúde da comunidade, presidente da comunidade da Caiçara e da comunidade de Minador, professores do fundamental e professores do Pró-Jovem e EJA, o Coordenador Pedagógico Abrão Carnaúba, líderes religiosos e o Secretário Municipal do Meio Ambiente João Paulo Paulino juntamente com sua equipe.

Iniciou as 8:00 com a apresentação de cada componente da equipe de Especialização do Campo na pessoa de Oswaldina, Elva e Zilma expondo sua vivência profissional no campo e os objetivos das oficinas a serem realizadas no decorrer do dia. As pessoas também se apresentaram e falaram um pouco sobre a sua vida, seus anseios e trajetória na vida no campo.

Em seguida expomos o vídeo e a música “Eu só peço a Deus” na voz de Beth Carvalho e Mercedes de Soza, foi um momento de muita emoção, pois pude contemplar nos olhos das pessoas mais velhas lágrimas de orgulho e esperança. Alguns relataram sobre o vídeo: o líder comunitário Genésio falou do prazer e do amor que tem pelas suas origens e da importância que é preciso se dar ao homem do campo. O Secretário de Meio Ambiente ressaltou a importância desse momento para a comunidade e os cuidados e a valorização que devemos ter com o meio ambiente. O aluno Felipe do 6º ano leu um texto sobre a água e sua importância. A aluna Talita do 5º ano ressaltou a reutilização da água para um melhor aproveitamento. O professor do Pró-Jovem João Paulo levantou alguns questionamentos, como: o esquecimento das origens; o esgotamento do solo; o embate das tecnologias versus práticas camponesas. Foi um momento riquíssimo de troca de experiências, relatos e de aprendizagem, os alunos e professores ficaram extasiados ao verem os ensinamentos e a vivência diversificada das pessoas.

Esse momento durou a manhã toda, ao meio dia fomos servir o almoço, um momento de partilha e harmonia entre todos.

Ao retornarmos as 13:00 Separamos os grupos de acordo com os Eixos Temáticos: Cidadania, Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial e Agricultura Familiar foi apresentado como fonte de pesquisa os cadernos

pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra. Fizemos leitura e questionamentos foi proposto a construção de um mural destacando os aspectos que chamaram atenção do grupo e sugestões de melhorias para um melhor funcionamento da escola sem perder a característica do campo, as sugestões foram:

- aulas práticas principalmente de geografia, ciências e histórias.
- professores da própria localidade,
- merenda escolar feita com alimentos naturais, sem ser industrializados,
- valorizar o folclore e a religiosidade da comunidade,
- incentivar os alunos a plantarem e cuidarem de uma horta,

Depois de conhecermos os eixos temáticos levantamos as possíveis modificações que poderão ser feitas no PPP para que a Escola Francisco José tenha um documento legítimo que contenha sua identidade.

No termino das oficinas teve as considerações finais e os agradecimentos, ressaltando que o nosso trabalho não termina aqui, é necessário darmos continuidade, dia após dia para que haja mudança e transformação na nossa comunidade escolar e porque não dizermos no Campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predominância da Educação do Campo compreendida pelos participantes da escola Francisco José precisa ser encarada como objeto de estudo da própria escola. Em tempo dominado pela transformação inclusiva, na qual se inclui a universalização do direito da cidadania para todos, é um espaço fundamental para

Compreendermos as variadas práticas pedagógicas para Educação do Campo. Nesta pesquisa, buscamos uma história do ser humano, inserido em seu grupo social, como forma de dar subsídios a novas pesquisas científicas. Acreditamos que também as fontes bibliográficas reunidas neste trabalho possibilitaram aos pesquisadores desenvolver analogicamente os mais variados assuntos que foram abordados acerca da Educação do Campo no Brasil.

Outras variáveis relacionadas ao tema devem ser consideradas para uma reflexão analítica mais profunda no cotidiano da existência do papel de cada membro da escola. Entendemos que questões pertinentes às pessoas do setor rural são difíceis de serem tratadas por envolverem vários aspectos sociais: o governo, a sociedade, a profissionalização dos professores e o preconceito.

Nessa pesquisa buscamos a revisão do PPP no sentido de mudar a história da escola para um momento de mudança garantindo para os seres humanos, inseridos em seu grupo social uma educação melhor, uma Educação do Campo, como forma de dar subsídios a novas pesquisas científicas voltadas para o sucesso do ensino.

O trabalho teve como objetivo analisar o comportamento dos docentes e a política pública e as diversas visões sobre o desenvolvimento sustentável e a questão da educação do campo. Em especial, preocupam-se em relacionar as várias formas pelos quais os professores, órgãos públicos e a sociedade buscam uma relação dialógica na construção dos conhecimentos educacionais para as diversas disciplinas dentro da realidade da educação do campo.

O estudo insere-se no campo da pesquisa colaborativa, configurada em um estudo de caso, onde a preocupação central é retratar as possibilidades de inclusão da educação do campo na matriz curricular da escola sem deixar fora os eixos do Programa Saberes da Terra. A pesquisa está dentro de uma abordagem facilitadora do diálogo, por possibilitar também a combinação de vários instrumentos de coleta, observação que possam oferecer um quadro vivo com toda riqueza de informações, faz parte integrante uma revisão teórica no processo formativo da escola.

CONCLUSÃO

É inquestionável a importância da integração de todos que participaram dos debates e oficinas durante as apresentações, foram notórios os avanços e o crescimento sobre a temática: Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial.

Apresentamos o PPP da escola e os professores finalmente puderam contemplar o que continha nele, houve questionamentos sobre sua importância, e como sugestão propomos periodicamente um estudo sobre ele e as possíveis modificações.

Ficou constatado a falta de apoio e iniciativas de renovação pedagógica, é necessário criar uma estratégia metodológica por parte da SME, afim de instruir os Coordenadores Pedagógicos e Diretores a criar verdadeiramente um PPP que tenha legitimidade e que atenda a clientela do campo.

Sobre o Currículo e calendário escolar ficou entendido que ele pode ser flexível de acordo com a realidade do campo, especificamente da localidade em que atende.

A comunidade se posicionou e relatou a problemática de se ter professores e professoras com visão do mundo urbano. Diante dos relatos expostos se faz necessário acrescentar uma sugestão sobre os docentes que trabalham no campo, primeiramente é importante ele ter a convivência com as pessoas diariamente, a fim de sentir e familiarizar-se com sua cultura e identidade.

Outro tema muito abordado durante as oficinas foi a questão da merenda escolar, já que toda a escola do campo do Município de Canindé não é contemplada com alimentos da agricultura familiar, ou seja os alimentos são industrializados. Inclusive essa luta vem se arrastando por vários anos, mais infelizmente não foi solucionado.

Foi relatado a falta de organização e participação dos Conselhos Escolares, pois existe, mais infelizmente não exerce seu papel de forma assídua e participativa. Na comunidade também falta comprometimento por parte dos movimentos sociais. Ficou sugerido um melhor participação e envolvimento por parte de todos os que fazem parte da comunidade como um todo.

Ficou proposto pela comunidade escolar buscar as seguintes informações sobre programas que valorize o apoio às produções culturais próprias e ao intercâmbio cultural.

E sobre a Gestão se faz necessário que ela funcione de forma Democrática nos diversos níveis do Sistema Escolar, incluindo participação ativa das famílias, das comunidades, das organizações e dos movimentos sociais; ressaltando que hoje não funciona assim, pois os gestores são escolhidos de acordo com a preferência do Secretário de Educação.

Segue abaixo algumas sugestões da comunidade escolar, para que as escolas do campo realmente funcionem: Apoio à realização de pesquisas e estudos sobre o meio rural que sejam subsídio à implementação de uma proposta de Educação Básica do Campo;

Concluimos que na sociedade contemporânea a Educação do Campo precisa ganhar seu espaço, nada melhor que trabalhar a organização e acreditar que é possível acontecer a Educação do Campo.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas** Petrópolis: Vozes, 2004.

Cavalcanti, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Editora Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Corde, 1996.

CALDART, Roseli Salette, Paludo, Conceição, Doll, Johannes. Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Roseli Salette Caldart, Conceição Paludo, Johannes Doll (organizadores). - Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

DAMASCENO, M.N. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINS, Jose Sousa. Reforma Agraria: O impossível dialoga sobre a história possível. São Paulo: USP, FFLCH, 2000.

MEADOWS, Donella et al. Os limites do crescimento. Tradução da Comissão Nacional do Ambiente. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1973.

MEC, Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial: caderno pedagógico educadoras e educadores / Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Corde, 1996.

SASCHELLING, Vivian. A presença do povo na cultura brasileira. Campinas: Editora Da UNICAMP, 1991.

SCHELLING, Vivian. A presença do povo na cultura brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
SOTERO, Ana

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

APÊNDICES/ANEXOS

APÊNDICE - A

Roteiro de questionário aplicado aos pais, professores e gestores escolares.

Trabalho de pesquisa com a comunidade escolar da Escola Francisco José núcleo Polo 16

Roteiro do questionário aplicado

1. Núcleo gestor
2. Corpo docente
3. Corpo administrativo
4. Como acontece o planejamento?
5. Acompanhamento pedagógico
6. Os resultados de das avaliações externas 2011 2012 e matricula
7. Documentação exigida pelo conselho estadual da educação e conselho municipal, responder se existe e como foi elaborado
8. Congregação dos professores
9. Proposta pedagógica
10. Que projetos a escola possui
11. O CEPAM é atuante no acompanhamento ensino aprendizagem?
12. A escola tem biblioteca?
13. Como são atendidas as turmas de EJA?
 1. Por que há quem não aprende?
() família () didática () professor/a () gestão () sistema () outros
Justifique sua resposta
 2. Em sua opinião uma escola que ensina 70% da sua clientela pode considerar-se democrática?
 3. Que tendência pedagógica você mais se aproxima?
() inatismo () empirismo () construtivismo () sociointeracionista () outra
Qual? _____
 4. Qual a importância do PPP para a sua escola?
 5. Como você avalia as formações da SME
() ótima () boa () ruim () outra avaliação

6. Em que aspectos a formação contribui na sua sala de aula?
7. Você concorda com a afirmação que “todos podem aprender”?
8. Em sua opinião como você considera um aluno/a alfabetizado/a?
9. No estudo dos níveis psicogenéticos como você considera um aluno/a Pré-silábico, silábico e alfabético.
10. Você conhece as diretrizes da educação do campo?
 1. Você participou da reunião para a elaboração da Proposta Pedagógica da sua escola?
 2. Em sua opinião uma escola que ensina 70% da sua clientela pode considerar-se democrática?
 3. Você acha importante que a sua escola tenha uma educação voltada para o campo?
 4. Qual a importância do PPP para a sua escola?
 5. Você acha que a escola deve preparar o aluno para o trabalho?
 6. Onde estão as melhores oportunidades para o seu filho?
() no campo () na cidade
Por quê?
 7. Qual a sua perspectiva sobre a vida profissional do (a) seu filho (a)?
 8. Como deveria ser a educação do seu filho que mora no campo?
 9. Você percebe que sua escola tem um bom planejamento para atender bem aos alunos?
 10. Qual deve ser a escola ideal?